

Processo nº 07530-2004-014-12-00-8 - Juíza Ligia M. Teixeira Gouvêa - DJ/SC de 04.08.2006, p. 43.

**COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. OBSERVÂNCIA DA REGRA INSERTA NO INCISO I DO ART. 373-A DA CLT. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA DO ART. 114 DA CONSTITUIÇÃO. Independentemente de não integrar o empregador o pólo passivo da relação jurídico-processual trabalhista, a natureza do pleito correspondente à suposta lesão ao direito material estatuído no art. 373-A, I, da CLT, em salvaguarda a preceitos constitucionais vedatórios de práticas discriminatórias, atrai a competência da Justiça do Trabalho para apreciar a lide de fundo. Preliminar rejeitada. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO DISCRIMINATÓRIO. VEDAÇÃO. DESTINATÁRIO DA NORMA.** O destinatário da norma consignada no art. 373-A da CLT é somente o empregador e não o órgão de imprensa utilizado como veículo de publicação do suposto anúncio discriminatório. Esta é a melhor interpretação a ser conferida à situação concreta "sub judice", já que seu implemento envolve interesses opostos, representados pela liberdade de organização empresarial, igualdade entre trabalhadores e liberdade de imprensa. **Considerando que a colisão entre princípios resolve-se pela ponderação, segundo a qual se maximizam os interesses em jogo, contemplando-os na maior medida possível, há que se conferir interpretação restritiva ao citado dispositivo infraconstitucional, para não perder de vista a liberdade conferida aos órgãos de imprensa. Portanto, deve-se impor apenas ao empregador a observação direta da norma que restringe o direito de selecionar seus empregados.****